O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 24/09/2024 - 06:00

Portaria federal vai impor diretrizes para uso da força pelas polícias

Segurança

Governo vai propor regras sobre uso de armas e abordagens por policiais

Será editada portaria com diretrizes para as Polícias Civil e Militar de todo o País; se algum Estado não seguir cartilha, poderá deixar de receber cota de fundo nacional

estadaodigital#erika@libris.com.br

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai editar uma portaria impondo novas diretrizes para uso da força e que terão que ser seguidas pelas Polícias Militar e Civil de todo o País. As regras também valerão para as guardas municipais. A proposta define o emprego de armas de fogo apenas como "último recurso", limita as circunstâncias em que um alguém pode ser "revistado" e, ainda, exige justificativa por escrito em caso de uso excepcional de algemas.

O texto atualiza as diretrizes previstas em uma portaria de 2010 ao reunir, em uma nova, leis, recomendações, possibilidades tecnológicas, decisões judiciais e decretos que estavam dispersos. Segundo técnicos do governo, o objetivo é reduzir a letalidade das forças de segurança.

Mortos por policiais
Em 2023, ocorreram 6.393 mortes por intervenção policial, segundo Anuário de Segurança Pública

Caso um Estado não siga a futura cartilha, poderá deixar de receber cota do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) voltada a ações de uso da força, como compra de equipamentos especiais. Até então, o governo só tem a obrigação de "considerar a observância das diretrizes" para fazer os repasses. A mudança nesse dispositivo visa a uma "indução que facilite a adesão à diretriz".

Procurado, o Ministério da Justiça informou, por meio de nota, que realizou na semana passada um seminário para tratar do tema e receber novas contribuições. "O documento segue em trâmite interno. Portanto, o prazo para a publicação e a possibilidade de consulta pública estão sendo analisados e serão divulgados assim que definidos", diz a pasta.

17 MORTES POR DIA. Em 2023, agentes da segurança pública mataram 17 pessoas por dia. Ao todo, foram 6.393 mortes por intervenção policial, segundo dados compilados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A violência policial está em alta na última década e desde 2018 as polícias matam pelo menos 6 mil pessoas a cada 12 meses.

De acordo com o Anuário, o número total de mortes por decorrência de intervenção policial caiu no Brasil em 2023, redução puxada pela queda em Estados populosos, como o Rio. Mas a taxa de crimes desse tipo teve alta na maioria dos Estados (14). Diante do cenário, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou na época que estava trabalhando para modificar a forma como as operações de segurança são conduzidas, enquanto os Estados disseram que investem na capacitação dos policiais.

DISCUSSÃO DA DIRETRIZ. Um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, vem discutindo a nova diretriz nacional desde janeiro e, no início de setembro, chegou a uma primeira versão. Participaram representantes das polícias e de pastas como a dos Direitos Humanos e a da Igualdade Racial.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), Sandro Avelar, disse que o colegiado só vai ter uma posição formal sobre a minuta a partir da próxima reunião, em outubro. O Consesp é uma das entidades incluídas no grupo de trabalho. "Preciso ouvir os colegas secretários antes. Há diferentes pontos de vista de acordo com os Estados, que têm linhas diferentes, pontos de vista diferentes sobre a atuação", afirmou Avelar, que é chefe da pasta de Segurança no Distrito Federal.

A iniciativa do ministério desagrada à "bancada da bala". "É falta de ter o que fazer, pura incompetência. O policial hoje não pode trabalhar e o governo quer agir como se o Brasil fosse um país sem violência. Isso é um desserviço e vamos reagir a mais esse absurdo. O governo entende de segurança pública como um cavalo de tocar piano", disse o deputado Alberto Fraga (PL-DF), presidente do colegiado.

Entenda as principais mudanças da proposta

1 • Uso de arma de fogo: deve ser medida de último recurso. Hoje a diretriz é não disparar contra pessoas, a não ser em casos de legítima defesa ou contra perigo iminente de morte ou lesão. O objetivo, segundo o governo, é "aprimorar" a regra para que ela fique alinhada com princípios contemporâneos do uso da força.

2 • Planejamento de operações: devem ser planejadas estrategicamente com base em informações de inteligência para reduzir riscos e uso inadequado da força.

3 • Gravação: as operações devem ser gravadas em vídeo sempre que possível.

4 • Tomada de decisões: o policial deve documentar e justificar todas as decisões tomadas durante operações. O objetivo, segundo o governo, é alinhar a diretriz à Lei do Sistema Único de Segurança Pública, à resolução do Conselho Nacional do Ministério Público e acolher sentença de 2017 da Corte Interamericana dos Direitos Humanos no caso das chacinas cometidas em 1994 e 1995 na Favela Nova Brasília, no Rio.

5 • Revista: o policial deverá informar de forma clara o porquê de o cidadão estar sendo abordado e, ainda, os direitos que ele tem.

6 • Produção de dados: o agente terá de registrar o nome do cidadão abordado, as razões para a "revista" e os procedimentos adotados.

7 • "Fundada suspeita": para o policial fazer abordagem por "fundada suspeita", deve haver indícios de posse de arma ou outro objeto que indique delito; elementos subjetivos não são suficientes.

9 • Busca domiciliar: o agente deve pedir e registrar o consentimento do morador quando não houver mandado judicial para busca em casa. O objetivo é garantir proteção a direitos fundamentais, transparência e uma atuação legal das autoridades.

10 • Utilização de algema: só deve ser usada quando houver resistência à ordem, risco de fuga ou perigo à integridade física de alguém; uso excepcional deve ser justificado por escrito. O objetivo é deixar mais explícitos os procedimentos para uso de algema à luz da legislação brasileira, de regulamentos anteriores e da Súmula Vinculante 11 do STF.

"É falta de ter o que fazer, pura incompetência. O policial hoje não pode trabalhar e o governo quer agir como se o Brasil fosse um país sem violência. Isso é um desserviço e vamos reagir a mais esse absurdo. O governo entende de segurança pública como um cavalo de tocar piano"

Alberto Fraga
Deputado federal

O presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares, coronel Cássio Araújo de Freitas, de São Paulo, não comentou o assunto.

Integrante do grupo de trabalho, o presidente da Associação Nacional dos Guardas Municipais do Brasil, Reinaldo Monteiro, disse que as novas diretrizes trazem segurança aos policiais e à sociedade. "O trabalho realizado por esse GT (*grupo de trabalho*) vai melhorar bastante a vida do policial e vai deixar mais claro para a sociedade como e quando o policial deve usar a força. É fundamental que ela saiba. A ideia central é ter uma norma clara, que respeite os direitos humanos, seja objetiva, de fácil entendimento para a sociedade e reduza episódios que envolvam uso excessivo da força", disse. As guardas municipais são uma força de segurança pública em franca expansão no Brasil, com cerca de 100 mil homens. Como mostrou o **Estadão**, em muitos casos elas são atreladas à vontade política de prefeitos e uma maioria não cumpre todos os critérios exigidos pela lei que as discipli-

Justificativa
A avaliação do Ministério da Justiça é a de que faltam 'protocolos claros' para uso da força policial

na. Com um controle externo menos rigoroso do que o das polícias, as "polícias municipais" também têm sido criticadas por excessos Brasil afora. O tema ligou o alerta do Conselho Nacional do Ministério Público, que criou uma Ouvidoria de Combate à Violência Policial. O primeiro acordo de cooperação do novo canal foi realizado com a associação dos guardas.

O QUE DIZ O MINISTÉRIO. Uma minuta da nova portaria deve ir para consulta pública em breve. A elaboração do documento ainda tramita na pasta chefiada pelo ministro Ricardo Lewandowski.

A avaliação do Ministério da Justiça é a de que faltam "protocolos claros" para uso da força das polícias, o que resulta em problemas de formação dos profissionais da segurança. E a consequência é o uso inadequado da força por agentes públicos e o efeito reverso de crescimento da violência.

Entre os casos de violência policial no País, o da Bahia é o mais problemático para o governo Lula tanto no aspecto humano quanto pelo lado político. A cada quatro mortos pela polícia no Brasil no ano passado, um foi em solo baiano. Foram 1.699 casos. O PT governa o Estado há 17 anos, período no qual houve escalada geral da violência, tema crescente na preocupação dos brasileiros e que se tornou ponto crítico na avaliação do governo federal. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole **Caderno:** A **Pagina:** 14

Copyright © Clipclap 2025.